

COISAS DA POLÍTICA

■ ROSÂNGELA BITTAR

JORNAL DO BRASIL

Rio x Rio na educação

25
DEZ 1997

O secretário de Fazenda do Rio, Marco Aurélio Alencar, telefonou para contestar avaliações do governo federal publicadas ontem neste espaço a respeito dos gastos do governo do estado com educação e as perdas de recursos orçamentários para os municípios em 98, com a implantação do Fundo de Valorização do Magistério. A partir do dia 1º de janeiro haverá no país uma espécie de reforma fiscal, com redistribuição de verbas entre estados e municípios, segundo critérios que levam em conta as matrículas no ensino fundamental.

O mecanismo foi aprovado por emenda constitucional no Congresso. Estados que sustentam menos escolas perderão recursos para municípios que têm maior rede de primeiro grau, e vice-versa. No caso do Rio, o estado, governado pelo PSDB, perderá R\$ 329.441,20, enquanto o município, conduzido pelo PFL, ganhará R\$ 200 milhões. Uma nova planilha de perdas e ganhos está nas mãos do presidente Fernando Henrique para estudo de compensações, mas a equipe econômica resiste à idéia de dar facilidades na rolagem da dívida dos estados mais prejudicados nesta redistribuição de verbas.

Além do Rio, estão também perdendo recursos em somas mais elevadas Ceará, Paraná, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Sul. O governo de São Paulo, no entanto, ganha, e muito, com o novo sistema: R\$ 679.848,87. Entretanto, 98 é ano eleitoral para todos, e o governo federal está convicto de que não pode ser acusado de estar protegendo uns em detrimento de outros, até porque o maior perdedor e o maior ganhador de verbas são do partido do presidente, o PSDB.

Marco Aurélio Alencar diz com veemência que esta fórmula é injusta. O secretário argumenta que, ao considerar exclusivamente a matrícula do ensino de primeiro grau, o Fundo se torna um instrumento de destruição dos demais graus de ensino. "O Rio tem mais matrículas do que os outros estados, apenas a carga maior de matrículas é no ensino de segundo grau, no ensino técnico profissionalizante e no ensino superior, com as universidades estaduais. O gasto com educação é grande e pesado", diz o secretário.

Ao acusar o governo federal de ter provocado enorme desajuste ao fazer a distribuição de verbas de acordo com as matrículas do ensino de primeiro grau, Marco Aurélio provoca: "Será que o segundo grau não existe? Será que é para os estados competirem com as prefeituras e começarem a disputar a oferta de primeiro grau?"

O Rio, no entendimento do secretário de Fazenda, não pode ser punido porque tem sua atuação centrada nos graus médio e superior. Na sua perspectiva, entretanto, o governo está forçando o estado a abandonar estas áreas para concorrer com o município na oferta do ensino básico. O processo de municipalização do ensino, diz ainda Marco Aurélio, foi paralisado por causa da implantação do fundo do magistério.

O secretário da Fazenda ficou especialmente irado com as considerações feitas na área econômica do governo a respeito dos recursos até agora entregues ao estado para aplicação no ensino básico. Se o estado está perdendo verbas porque não tinha rede de escolas de primeiro grau, era o raciocínio presente entre técnicos e autoridades, não precisaria agora de compensação, pelo mesmo motivo. Foram feitas também insinuações sobre prováveis desvios destas verbas, uma vez que elas não encontraram seu destino do ensino de primeiro grau.

Marco Aurélio condenou o fato de estar a equipe econômica empurrando um solução sabe-se lá para quando e ameaçou:

"A moeda de troca agora é o ensino de primeiro grau. Investir em ensino médio é só ônus. Vou voltar a competir no primeiro grau só para ter mais uns cobres".